

Novo programa inclui redução de juros

Recife — As equipes dos ministros Gustavo Krause e Paulo Haddad preparam, esta semana, o novo programa econômico a ser adotado pelo presidente Itamar Franco após o afastamento definitivo de Fernando Collor. O programa econômico, encomendado pelo Presidente na tensa reunião da última sexta-feira, deverá incluir propostas de curto e longo prazo que viabilizem a retomada do crescimento.

O ministro Gustavo Krause isolou-se, neste final de semana, na sua residência em Recife, para estudar a articulação das diretrizes de curto e longo prazo já elaboradas para equipe econômica neste novo programa. O novo programa econômico, explica um assessor próximo do ministro, se transformará na "partitura" do governo Itamar Franco, depois de aprovado pelo Presidente e pelo Congresso Nacional.

"Este programa é a partitura

que faltava ao Presidente para reger a sua orquestra. Por falta dela, os diversos setores do Governo vinham tocando seus instrumentos isoladamente. Não produziam música, mas apenas barulho", comparou este assessor.

A renegociação da dívida dos estados e a redução das taxas de juros serão duas das principais preocupações do novo programa econômico, segundo o assessor de Krause. Já existe consenso dentro da equipe econômica sobre a redução das taxas de juros de longo prazo. Mas a equipe econômica ainda não se decidiu por uma redução também nas taxas de juros de curto prazo por temer um estímulo a especulação com estoques.

O ministro Gustavo Krause, que chega hoje cedo em Brasília, manteve ainda, neste final de semana, uma reunião sigilosa com o governador Joaquim Francisco.

Cauteloso, Krause não quis fazer, na sua visita a Recife, nenhuma declaração à imprensa. Esta semana, ele inicia, com o deputado Roberto Freire e o senador Pedro Simon, contatos com as lideranças partidárias para garantir a aprovação do relatório do projeto de reforma fiscal.

Previdência — O presidente Itamar Franco envia hoje ao Congresso Nacional projeto de lei que amplia as facilidades para renegociação das dívidas do poder público e das empresas privadas com a Previdência Social, da ordem de Cr\$ 35 trilhões. O Governo Federal, os estados e municípios — responsáveis por metade da dívida global — poderão incluir suas empresas públicas e de economia mista na renegociação de dívidas com prazo de 20 anos para pagamento, mas terão que oferecer receita vinculada que garanta a quitação do débito mensalmente.

CORREIO BRAZILEIRO

Nov 1993